COMÉRCIO INTERNACIONAL E ESTRATÉGIA DE PODER: A ASCENSÃO DA CHINA SOB A PERSPECTIVA MAQUIAVELIANA

COMERCIO INTERNACIONAL Y ESTRATEGIA DE PODER: EL ASCENSO DE CHINA DESDE UNA PERSPECTIVA MAQUIAVELIANA

João Hiago Ramos de Moraes[1]
Cassiane Dagani[2]
Everaldo da Silva[3]

RESUMO: O artigo analisa a ascensão da China no comércio internacional sob a ótica do comércio como instrumento estratégico de poder. O problema central é compreender como o Estado chinês utiliza o comércio internacional para se fortalecer politicamente e economicamente e como essa estratégia pode ser interpretada à luz dos princípios clássicos formulados por Nicolau Maquiavel em "O Príncipe". Teve como objetivo geral analisar a estratégia comercial chinesa no comércio internacional, relacionando-a aos princípios de poder, prudência e controle discutidos por Maquiavel em sua obra "O Príncipe". Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, com base em autores da teoria política clássica e da economia política internacional. A análise sugere que a inserção da China na economia global foi gradual e planejada, com o Estado mantendo sua centralidade e utilizando o mercado como instrumento de desenvolvimento e projeção internacional. Além disso, a análise da disputa sino-americana demonstra que o comércio internacional é um campo central de competição estratégica no sistema internacional contemporâneo. Conclui-se, portanto, que, no caso chinês, o comércio internacional representa um elemento fundamental de uma estratégia estatal voltada para a ampliação da autonomia, da estabilidade interna e da influência global, o que evidencia a atualidade dos fundamentos clássicos da teoria política.

Palavras-chave: comércio internacional; poder; China; Maquiavel.

RESUMEN: *Este artículo analiza el ascenso de China en el comercio internacional desde la perspectiva del comercio como instrumento estratégico de poder. El objetivo es comprender cómo el Estado chino utiliza el comercio internacional como herramienta para el fortalecimiento político y económico, y cómo esta acción puede interpretarse a partir de los principios clásicos formulados por Nicolás Maquiavelo en El Príncipe. El objetivo general es examinar la estrategia comercial china en relación con los conceptos de poder, prudencia y control. Se trata de una investigación*

1 Acadêmico do curso de Pós-graduação em Gestão de Negócios da UNIFEBE. Email: joaohramosmoraes@gmail.com

[2] Graduada em Direito pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Especialista em Direito Previdenciário pela Anhanguera-Uniderp. Especialista em Direito Digital e Proteção de Dados pelo Gran Faculdade. Mestranda em Desenvolvimento de Negócios e Inovação pela Must University. E-mail: cassiane.dagani@gmail.com

3 Cientista Social (FURB). Graduado em Processos Gerenciais (METODISTA). Licenciado em Geografia (UNIFAHE). Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB). Doutor em Sociologia Política. (UFSC). *E-mail*: prof.evesilva@gmail.com

cualitativa desarrollada mediante una revisión bibliográfica y un análisis documental basados en autores de la teoría política clásica y la economía política internacional. El análisis sugiere que la incorporación de China a la economía global se produjo de manera gradual y planificada, preservando la centralidad del Estado y utilizando el mercado como instrumento de desarrollo y proyección internacional. Además, el análisis de la disputa sinoestadounidense demuestra que el comercio internacional constituye un campo central de competencia estratégica en el sistema internacional contemporáneo. Se concluye que, en el caso chino, el comercio internacional representa un elemento fundamental de una estrategia estatal destinada a expandir la autonomía, la estabilidad interna y la influencia global, lo que subraya la continua relevancia de los fundamentos clásicos de la teoría política.

Palabras clave: *comercio internacional; poder; China; Maquiavelo.*

1 INTRODUÇÃO

A intensificação das relações comerciais internacionais nas últimas décadas provocou profundas transformações na dinâmica econômica e política do sistema internacional. Nesse contexto, a ascensão da China no comércio global é um dos fenômenos mais relevantes da economia política. O crescimento econômico chinês, aliado à ampliação de sua presença comercial, financeira e institucional em diversas regiões do mundo, evidencia que o país utiliza o comércio internacional não apenas como mecanismo de troca econômica, mas também como instrumento estratégico de poder e influência.

Ao contrário de outros países, a inserção da China na economia global foi marcada por uma forte liderança estatal, com estratégias pragmáticas e planejadas para o longo prazo. A abertura econômica, iniciada no final da década de 1970, foi gradual e seletiva, de modo a preservar o controle estatal sobre setores estratégicos. Nesse processo, o comércio internacional passou a ter um papel fundamental, contribuindo para o crescimento econômico, a estabilidade interna e a projeção internacional do país.

Diante desse cenário, o problema central desta pesquisa é compreender como a China usa o comércio internacional como instrumento de poder e como essa ação pode ser interpretada pelos princípios clássicos da política, contrastando com os valores democráticos e os direitos humanos. As estratégias comerciais chinesas não se limitam à lógica econômica. É fundamental considerar também seus aspectos políticos e estratégicos.

O objetivo geral é analisar a estratégia comercial chinesa no comércio internacional, relacionando-a aos princípios de poder, prudência e controle discutidos por Maquiavel em sua obra “O Príncipe”. Os objetivos específicos são (i) apresentar os principais fundamentos políticos desenvolvidos por Maquiavel; (ii) examinar o papel do Estado na condução da política comercial chinesa; (iii) analisar a racionalidade estratégica que orienta a atuação chinesa no comércio internacional; e (iv) discutir os impactos dessas estratégias no cenário internacional.

A ascensão chinesa tem provocado reconfigurações significativas nas cadeias globais de valor, nas rotas comerciais e no equilíbrio de poder entre Estados, resultando em debates no campo das relações internacionais e da economia

política. Ao unir a Teoria Política Clássica à análise de um fenômeno atual, o trabalho amplia a compreensão das estratégias estatais no comércio internacional.

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter exploratório. O delineamento metodológico fundamentou-se no procedimento de revisão bibliográfica sistemática e na análise documental, buscando suporte teórico em expoentes da teoria política clássica e da economia política internacional. A técnica de análise empregada foi a Análise de Conteúdo, que possibilitou identificar a racionalidade estratégica e os mecanismos de projeção de poder presentes na inserção da China no comércio global.

O artigo está dividido em quatro seções: Introdução; Referencial Teórico (com subseções); Análise dos Dados; e Considerações Finais. Ao final, apresentam-se as referências.

2 O PODER E CONTROLE EM "O PRÍNCIPE MAQUIÁVEL"

Nicolau Maquiavel, na obra "O Príncipe", desenvolve uma concepção de poder pragmática, rompendo com as tradições políticas ideais, que associavam o bom governo à virtude moral. Desde o início da obra, o autor afirma que "Todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados" (Maquiavel, 2000, p. 10). Percebe-se que a preocupação central do autor é com as formas de organização do poder e os meios pelos quais ele é conquistado e se mantido.

Ao classificar os tipos de principados, Maquiavel (2000) demonstra que a estabilidade do poder está diretamente relacionada à maneira como é adquirido. Os principados novos, especialmente os mistos, enfrentam maiores dificuldades de governabilidade, pois lidam com resistências internas decorrentes da mudança de comando. Maquiavel (2000, p. 13) observa que "é que os homens, com satisfação, mudam de senhor pensando em melhorar e esta crença faz com que lancem mão de armas contra o senhor atual", o que reforça a instabilidade das relações políticas e a necessidade de estratégias firmes por parte do governante.

Um conceito central da obra é o de *virtù*, entendido como a capacidade do príncipe de agir com decisão, inteligência e força diante de adversidades e desafios. Essa noção está diretamente relacionada à ideia de fortuna, que representa os fatores imprevisíveis que influenciam a vida política. Embora Maquiavel (2000) reconheça o papel da fortuna, ele ressalta a importância da ação humana ao afirmar que "julgo poder ser verdade que a sorte seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase" (Maquiavel, 2000, p. 145). Dessa forma, o governante eficaz é aquele que se antecipa aos acontecimentos e minimiza os efeitos negativos da instabilidade.

Quanto à manutenção do Estado, Maquiavel defende o uso estratégico da força como instrumento legítimo do poder. Para ele, quando necessário, medidas severas devem ser aplicadas de forma rápida e concentrada, para evitar desgaste e perda de tempo. Nesse sentido, ele afirma que "as ofensas devem ser feitas todas de uma só vez, a fim de que, pouco degustadas, ofendam menos, ao passo que os benefícios devem ser feitos aos poucos, para que sejam melhor apreciados" (Maquiavel, 2000, p. 57). Essa orientação revela a lógica do controle como fundamento da estabilidade política.

A relação entre o príncipe e seus súditos deve ser conduzida com muito cuidado e atenção. Maquiavel afirma que o governante deve , sobretudo, evitar ser odiado, embora o amor do povo seja um objetivo. Para o autor, quando não é

possível conciliar esses dois sentimentos, o medo se apresenta como o instrumento mais seguro, pois "é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se deve faltar a uma das duas" (Maquiavel, 2000). Essa afirmação mostra a visão do autor sobre o comportamento do homem e o exercício do poder, contrapondo-se às normas democráticas e ao respeito aos direitos humanos nas relações internacionais contemporâneas.

Ao tratar da moralidade na política, Maquiavel rompe de forma decisiva com as tradições da ética clássica. Ele argumenta que o governante não pode se limitar às virtudes comuns, pois a realidade política muitas vezes exige ações contrárias à moral comum. Dessa maneira, ele mostra que "um homem que queira, em todas as suas palavras, fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons." (Maquiavel, 2000, p. 91). A preservação do Estado justifica, portanto, a adoção de condutas pragmáticas e estratégicas.

Outro aspecto fundamental destacado por Maquiavel é o controle das forças militares. O autor critica o uso de tropas mercenárias e auxiliares, consideradas instáveis e perigosas. Para ele, a segurança do Estado depende exclusivamente de forças próprias e leais ao governante, pois "as mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas e, se alguém tem o seu Estado apoiado nas tropas mercenárias, jamais estará firme e seguro" (Maquiavel, 2000, p. 73). Assim sendo, a força torna-se um elemento essencial da soberania.

Desse modo, Maquiavel enfatiza a importância da antecipação de conflitos e da ação preventiva. O autor compara os problemas do Estado a doenças e ressalta que, quando identificadas precocemente, elas são mais fáceis de resolver. Contudo, se forem ignoradas, tornar-se-ão difíceis de remediar, pois "se a enfermidade não foi conhecida nem tratada, torna-se fácil o diagnóstico e difícil a cura" (Maquiavel, 2000, p. 20). Isso reforça a necessidade de vigilância constante de decisões estratégicas para a manutenção do poder.

No livro O Príncipe, Maquiavel apresenta uma teoria política fundamentada no controle, na adaptação às circunstâncias e na eficácia da ação governamental. Para Maquiavel, o poder não é apenas um meio de dominar, mas uma condição para a preservação do Estado e da ordem política.

3 A CHINA E SEU PODER ECONÔMICO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A ascensão da China no comércio internacional é um dos fenômenos mais relevantes da economia política atual. Nas últimas décadas, o país deixou de ocupar uma posição periférica na economia global para se tornar um dos principais polos de produção, exportação e acumulação de capital. Esse processo não foi espontâneo nem exclusivamente orientado pelo mercado, mas resultado de uma estratégia estatal, que articulou crescimento econômico, estabilidade política e projeção internacional.

Segundo Lyrio (2010), a trajetória chinesa de ascensão deve ser compreendida a partir da centralidade do Estado na condução do desenvolvimento. Para Lyrio (2010), embora o crescimento econômico tenha sido expressivo, sua sustentabilidade está diretamente vinculada à capacidade do Estado chinês de garantir governabilidade, coordenação institucional e controle político, fatores esses considerados essenciais para a consolidação do país como potência internacional.

Embora o crescimento econômico tenha sido expressivo, para o autor, sua sustentabilidade está diretamente vinculada à capacidade do Estado chinês de

garantir governabilidade, coordenação institucional e controle político — fatores considerados essenciais para a consolidação da China como potência internacional.

O comércio internacional foi um instrumento estratégico de poder econômico. A abertura da economia chinesa, iniciada no final da década de 1970, não representou uma ruptura com o papel do Estado, e sim uma redefinição desse papel. Conforme argumenta Pires (2011), a China reintroduziu gradualmente os mecanismos de mercado, mantendo o controle estatal sobre os setores estratégicos, como os de energia, transportes, telecomunicações, sistema financeiro e comércio exterior.

Diferentemente de outras experiências de liberalização adotadas por países em desenvolvimento, a globalização chinesa ocorreu de maneira seletiva e pragmática. O Estado manteve o controle de variáveis macroeconômicas fundamentais e ainda estimulou a internacionalização de suas empresas e a expansão das exportações. Esse modelo permitiu que a China aumentasse sua participação nas cadeias globais de valor, transformando-se, gradualmente, na chamada "fábrica do mundo" e acumulando expressivas reservas internacionais.

Na obra *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Cintra, Silva Filho e Pinto (2015) destacam que a estratégia chinesa combinou o máximo de competição com o máximo de controle estatal, utilizando o mercado como instrumento de desenvolvimento sem abrir mão do planejamento de longo prazo. O comércio internacional. Nesse sentido, passou a desempenhar um papel principal não apenas na geração do crescimento econômico, mas também na ampliação da influência chinesa no sistema internacional.

O fortalecimento do setor exportador foi acompanhado pela criação e consolidação de grandes conglomerados estatais e privados, muitos dos quais atuam em setores estratégicos. Conforme Pires (2011) aponta, o processo de reestruturação das empresas estatais chinesas resultou na formação de holdings capazes de competir globalmente, fortalecendo o Estado em vez de enfraquecê-lo.

Além do comércio de bens, o país passou a desempenhar um papel cada vez mais relevante nos fluxos internacionais de capitais, investimentos e financiamento de infraestrutura, especialmente em nações em desenvolvimento. O acúmulo de reservas internacionais e a expansão do investimento direto no exterior permitiram que o país ampliasse sua presença econômica em diferentes regiões do mundo, reforçando sua capacidade de influência política e diplomática. Segundo Cintra e Pinto (2017), essa presença global faz parte de uma estratégia mais ampla para a consolidação da China como um ator central nas finanças, no comércio e na geopolítica global.

Outro aspecto relevante do poder econômico chinês no comércio internacional diz respeito ao acesso e à garantia de recursos estratégicos, como energia e matérias-primas. Embora não se concentre exclusivamente na China, Medeiros (2013) contribui para a compreensão desse fenômeno ao demonstrar como os estados utilizam recursos naturais e políticas industriais como instrumentos para obter poder e defender interesses nacionais em um contexto de disputas geopolíticas. No caso chinês, a busca por segurança energética e estabilidade no fornecimento de insumos produtivos tornou-se parte integrante de sua política comercial externa.

O comércio internacional da China não pode ser interpretado apenas como resultado de vantagens comparativas ou da lógica do livre mercado. Trata-se de um componente central do projeto nacional de desenvolvimento do país, no qual o poder econômico é utilizado de maneira estratégica para ampliar a autonomia do Estado, garantir sua estabilidade interna e aumentar a influência no sistema

internacional. A atuação chinesa revela uma compreensão do comércio como um instrumento de poder, subordinado a objetivos políticos e econômicos de longo prazo.

4 A ESTRATÉGIA COMERCIAL DA CHINA E A BUSCA PELO PODER

A estratégia comercial adotada pela China no cenário internacional pode ser compreendida por uma política orientada pela preservação do Estado, pela prudência estratégica e pelo controle de poder. Nesse sentido, os princípios formulados por Nicolau Maquiavel em "O Príncipe" oferecem um referencial conceitual relevante para a interpretação da lógica estruturante de ação chinesa, não como um modelo aplicado literalmente, mas como uma possível análise das escolhas políticas e econômicas deliberadas pelo governo chinês.

Na obra "O Príncipe", Maquiavel (2000) sustenta que a principal responsabilidade do governante é assegurar a estabilidade e a continuidade do Estado, mesmo que para isso seja necessário tomar decisões impopulares ou contrárias a princípios morais tradicionais. Essa concepção realista do poder pode ser observada na forma como o Estado chinês conduz sua política econômica externa.

A postura chinesa é marcada por uma racionalidade pragmática, elemento central do pensamento maquiaveliano. Da mesma forma que o príncipe deve agir de acordo com as circunstâncias, e não com ideais abstratos, o Estado chinês demonstrou sua capacidade de adaptação ao se integrar ao sistema econômico internacional, sem abrir mão do controle sobre setores considerados estratégicos.

A dimensão pragmática delineada por Maquiavel (2000) refere-se à relação entre poder e controle. O autor adverte que o governante prudente deve evitar depender excessivamente de forças externas, o que pode comprometer sua autonomia. Essa lógica pode ser observada na estratégia chinesa de diversificação de parceiros comerciais, no fortalecimento de suas cadeias produtivas internas e no controle estatal sobre setores sensíveis da economia, como os de energia, infraestrutura, finanças e tecnologia. Nesse sentido, o comércio internacional é utilizado como ferramenta para reduzir vulnerabilidades externas e ampliar a capacidade de decisão soberana.

A noção de prudência, presente em O Príncipe, também se manifesta na política comercial chinesa. Maquiavel enfatiza a importância de antever riscos e agir preventivamente, evitando que ameaças se tornem incontroláveis. Ao estruturar acordos comerciais de longo prazo, garantir acesso a recursos estratégicos e ampliar investimentos externos, a China demonstra preocupação com sua segurança econômica futura e diminui os riscos associados à instabilidade do sistema internacional.

> Maquiavel destaca que um governante eficaz deve saber equilibrar aparência e ação, preservando uma imagem de cooperação enquanto consolida sua posição de poder. A China frequentemente se apresenta no comércio internacional sob o discurso da cooperação, do desenvolvimento mútuo e do respeito à soberania dos estados, ao mesmo tempo que sua presença econômica e estratégica se fortalece em diferentes regiões do mundo. Essa **articulação entre discurso e pragmatismo reflete** uma racionalidade política compatível com os princípios maquiavelianos."

As estratégias comerciais chinesas extrapolam a lógica estritamente econômica, incorporando dimensões políticas e estratégicas que podem afetar a promoção da democracia, a autonomia de outros Estados e o respeito às normas internacionais de direitos humanos no sistema global.

Dessa forma, a estratégia comercial da China, em diálogo com os princípios de poder, prudência e controle discutidos por Maquiavel, pode ser compreendida como uma ação marcada pelo pragmatismo, pela centralidade do Estado e pela constante adaptação às circunstâncias. Essa abordagem evidencia que os fundamentos clássicos da política se mantêm até hoje, especialmente quando aplicados de maneira analítica e estratégica.

5 CHINA X ESTADOS UNIDOS: PODER, INTERDEPENDÊNCIA E ESTRATÉGIA

O crescimento da China no comércio mundial não pode ser entendido sem considerar sua relação com os Estados Unidos. Atualmente, a disputa entre esses dois países é o principal fator de mudança da organização do sistema internacional, envolvendo economia, tecnologia e política. Contudo, classificar essa disputa como uma “nova Guerra Fria” é uma visão simplista. Como explicam Abdal e Ferreira (2025), essa comparação desconsidera o fato de que a China e os Estados Unidos são economicamente muito dependentes um do outro.

Diferentemente da rivalidade ideológica típica do Século XX, a relação atual entre a China e os Estados Unidos envolve tanto competição estratégica quanto forte integração econômica. As cadeias globais de produção passaram a funcionar de forma complementar: a China concentra a produção, e os Estados Unidos, o consumo. Essa situação faz com que os dois países, ao mesmo tempo em que competem, cooperem. Nesse contexto, a relação sino-americana se aproxima da lógica maquiaveliana da prudência estratégica, na qual o conflito não elimina a necessidade de agir racionalmente e de se adaptar às circunstâncias (Maquiavel, 2000).

A intensificação da guerra comercial a partir de 2018, marcada pela aplicação de tarifas mútuas entre os países, tornou essa rivalidade mais evidente. Porém, essas tarifas não devem ser entendidas apenas como medidas de proteção econômica. Segundo Lanna (2025), ao analisar a guerra comercial sob uma perspectiva antropológica, conclui-se que ela também funciona como uma mensagem política e uma demonstração simbólica de poder entre os Estados. Dessa forma, a disputa comercial deixa de ser apenas econômica e passa a fazer parte de uma lógica mais ampla de afirmação estratégica e construção de hierarquias no sistema internacional.

Sob a perspectiva maquiaveliana, essa dinâmica mostra o uso da economia como uma forma de demonstrar força. Maquiavel (2000) afirma que o governante prudente deve agir para preservar sua posição e evitar vulnerabilidades perante os adversários. Nesse contexto, a imposição de tarifas pode ser entendida como uma manobra estratégica, voltada para influenciar expectativas e reequilibrar as relações de poder.

Além do comércio de bens, a disputa entre a China e os Estados Unidos também ocorre no campo tecnológico. As restrições norte-americanas à exportação de semicondutores avançados, bem como a pressão sobre empresas chinesas, mostram que a competição atual envolve setores estratégicos ligados à inovação e à segurança nacional. Isso reforça a importância do controle tecnológico como elemento de soberania. Na lógica de Maquiavel (2000), trata-se da busca por

"forças próprias", evitando-se, assim, dependências externas que possam comprometer a autonomia do Estado.

Entretanto, a ascensão chinesa apresenta dilemas estruturais. Segundo Hung (2011), a inserção internacional da China ocorreu dentro de uma ordem econômica ainda fortemente influenciada pelos Estados Unidos, especialmente devido ao acúmulo de reservas em dólar e à dependência dos mercados consumidores ocidentais. Isso mostra que o poder chinês está condicionado a interdependências complexas, o que limita sua autonomia e impõe desafios à sua projeção internacional.

Essa interdependência dialoga com a advertência de Maquiavel (2000) sobre os riscos de se depender excessivamente de forças externas. Para Maquiavel (2000), o governante que depende de elementos fora de seu controle fica exposto à instabilidade. A estratégia adotada recentemente pela China, marcada pela diversificação de parceiros comerciais e pelo fortalecimento do mercado interno, pode ser entendida como uma tentativa de reduzir essas vulnerabilidades estruturais.

A disputa entre China e Estados Unidos não se caracteriza, portanto, como um confronto militar direto, mas como uma competição na qual a economia, a tecnologia e as finanças se tornam instrumentos centrais. Conforme destacam Abdal e Ferreira (2025), a coexistência de cooperação e competição revela um cenário de transição hegemônica caracterizado pela complexidade e pela interdependência, e não por uma ruptura abrupta.

Assim sendo, a relação sino-americana confirma a hipótese central deste trabalho, de que o comércio internacional funciona como um instrumento estratégico de poder. A atuação chinesa demonstra uma racionalidade política compatível com os princípios de prudência, controle e adaptação às circunstâncias defendidos por Maquiavel (2000), ao mesmo tempo que evidencia os limites impostos por um sistema internacional marcado por dependências estruturais.

6 IMPACTOS DAS ESTRATÉGIAS CHINESAS NO MUNDO

As estratégias comerciais adotadas pela China produziram impactos significativos no mundo, reconfigurando fluxos comerciais, cadeias produtivas e relações de poder entre Estados. O uso do comércio como instrumento estratégico, associado ao forte protagonismo estatal, permitiu ao país ampliar sua influência econômica e política em escala global, ao mesmo tempo que gerou reações, disputas e desestabilizou o equilíbrio internacional.

Um dos principais desdobramentos da atuação chinesa foi a transformação das rotas tradicionais do comércio global. A intensificação das exportações, a ampliação dos investimentos externos diretos e a consolidação de grandes conglomerados chineses alteraram a dinâmica das cadeias globais de valor, deslocando centros produtivos e redefinindo os padrões de competitividade. Segundo Cintra, Silva Filho e Pinto (2015), a ascensão chinesa contribuiu para a redistribuição da produção industrial mundial, afetando economias desenvolvidas e países em desenvolvimento.

Nesse contexto, a criação de megaprojetos de infraestrutura assumiu um papel central na projeção do poder econômico chinês. A iniciativa conhecida como Nova Rota da Seda representa um esforço deliberado para reorganizar as rotas comerciais terrestres e marítimas e conectar a China à Ásia Central, ao Oriente Médio, à África e à Europa. Trata-se de um projeto de grande escala que abrange comércio, finanças, logística e geopolítica, ampliando a capacidade de influência chinesa sobre regiões estratégicas do globo.

De acordo com Cintra, Silva Filho e Pinto (2015), esses projetos não se limitam à facilitação do comércio, mas também visam à internacionalização do capital chinês e ao uso estratégico de suas reservas internacionais. A criação de instituições financeiras próprias, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), e de fundos específicos para a Rota da Seda reforça a autonomia chinesa em relação às instituições financeiras tradicionais, historicamente dominadas por potências ocidentais.

Os impactos dessas estratégias também se manifestam no plano geopolítico. A expansão da presença econômica chinesa em regiões como a África, o Sudeste Asiático e a América Latina tem provocado reações de outras potências, especialmente dos Estados Unidos e da União Europeia. O fortalecimento das conexões comerciais e financeiras promovidas pela China é frequentemente interpretado como um desafio à ordem econômica internacional estabelecida após a Segunda Guerra Mundial, gerando tensões e disputas por influência política e econômica.

Além disso, a Nova Rota da Seda tem implicações diretas para a segurança internacional. Ao investir em portos, corredores logísticos e infraestrutura energética, a China amplia sua capacidade de garantir o abastecimento de recursos estratégicos e de reduzir as vulnerabilidades associadas aos gargalos logísticos tradicionais, como o Estreito de Malaca. Conforme Cintra e Pinto (2017) destacam, essa estratégia combina interesses econômicos e preocupações de segurança, evidenciando a interdependência entre comércio, infraestrutura e poder político no mundo contemporâneo

É pertinente destacar, ainda, a dimensão dos impactos decorrentes dessas estratégias sobre os países em desenvolvimento. Mesmo que os investimentos chineses sejam frequentemente apresentados sob o discurso da cooperação e do desenvolvimento mútuo, estudos apontam que a diferença de influência e de desenvolvimento socioeconômico entre a China e seus parceiros pode gerar dependência econômica e financeira de longo prazo. Ainda assim, para muitos países, os projetos chineses representam uma oportunidade de obter financiamento e infraestrutura, o que seria difícil por meio de outras fontes internacionais.

Dessa forma, os impactos das estratégias comerciais chinesas superam o campo econômico, alcançando dimensões políticas, geopolíticas e institucionais. A presença chinesa no comércio internacional contribui para a formação de uma nova configuração do sistema econômico mundial, marcada por uma crescente disputa por influência e poder. Ao utilizar o comércio, a infraestrutura e as finanças como instrumentos estratégicos, a China consolida sua posição como ator central na economia global, ao mesmo tempo que redefine os parâmetros das atuais relações internacionais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a estratégia comercial da China no comércio internacional, relacionando-a aos princípios de poder, prudência e controle discutidos por Nicolau Maquiavel na obra “O Príncipe”. Buscou-se compreender como o comércio deixou de ser utilizado apenas como mecanismo de troca de mercadorias e valores econômicos, para se tornar um instrumento central de poder, influência e preservação dos interesses chineses no sistema internacional.

A fundamentação teórica baseada em O Príncipe permitiu estabelecer um referencial analítico sólido para interpretar as escolhas estratégicas do Estado chinês. Os princípios de poder, prudência, controle e adaptação às circunstâncias mostraram-se úteis para compreender a lógica pragmática que orienta a atuação chinesa, especialmente no que se refere à centralidade do Estado e à condução estratégica das relações comerciais.

A pesquisa demonstrou que a inserção da China na economia global foi gradual, seletiva e planejada, com o protagonismo estatal preservado mesmo diante da ampliação do uso de mecanismos de mercado. O comércio internacional foi incorporado a um projeto nacional de desenvolvimento de longo prazo, no qual a estabilidade política, o crescimento econômico e a influência internacional são elementos conectados. Essa estratégia contribuiu para a consolidação da China como um dos principais atores do comércio mundial e como um dos principais elementos para redefinir as cadeias globais de produção e circulação de bens.

Os desdobramentos dessas estratégias têm impactos que superam o campo econômico, alcançando dimensões geopolíticas, financeiras e institucionais. Iniciativas como a Nova Rota da Seda ilustram como o comércio, a infraestrutura e o financiamento podem ser utilizados como instrumentos de influência internacional, ao mesmo tempo que geram debate sobre diferenças de poder, dependências econômicas e reconfigurações da ordem global.

Dessa forma, o trabalho contribuiu para a compreensão das relações entre o comércio internacional e o poder político, ao demonstrar que as estratégias econômicas podem assumir um papel central na preservação e ampliação da influência estatal. Ao relacionar a teoria política clássica às dinâmicas globais, o estudo mostra que fundamentos centrais da política continuam atuais.

A análise da disputa entre a China e os Estados Unidos reforça essa interpretação, ao evidenciar que o comércio internacional se tornou um dos principais instrumentos da competição estratégica contemporânea. A rivalidade sino-americana, caracterizada pela interdependência econômica, disputas tecnológicas e tensões geopolíticas, demonstra que a economia deixou de ser uma esfera neutra de trocas e se tornou uma arena central para a projeção de poder. Essa dinâmica confirma a atualidade da perspectiva maquiaveliana, segundo a qual a preservação do Estado exige prudência, controle e constante adaptação às circunstâncias.

Mais do que uma disputa econômica simples, a relação sino-americana revela uma dinâmica de poder estruturada pela interdependência e pela competição simultâneas, compatível com a lógica da prudência estratégica descrita por Maquiavel.

Por fim, reconhece-se que o tema não se esgota aqui. As transformações em curso no sistema internacional, as reações de outras potências e os impactos de longo prazo das estratégias chinesas são campos férteis para futuras pesquisas, que poderão aprofundar o debate sobre os limites, os desafios e as implicações do uso do poder econômico como instrumento de projeção internacional no século XXI.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre; FERREIRA, Douglas Meira. As relações diplomáticas e comerciais entre a China e os EUA no século XXI e a falácia da Guerra Fria 2.0. **Revista de Economia Política**, v. 45, n. 4, 2025, e253758. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3758

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa. **China em transformação**: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 2, p. 381–400, abr./jun. 2017.

HUNG, Ho-Fung. **O braço direito dos Estados Unidos?** Novos Estudos CEBRAP, n. 89, p. 17–37, 2011.

LANNA, Marcos. **Do capitalismo e da China**: a guerra e o comércio, tarifas e vírus. Anuário Antropológico, v. 50, 2025. DOI: https://doi.org/10.4000/14gxs

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência**: fundamentos políticos internos. Brasília: FUNAG, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Recursos naturais, nacionalismo e estratégias de desenvolvimento**. Oikos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2013.

PIRES, Marcos Cordeiro. A China e a globalização: aspectos de uma estratégia nacional. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n. 25, jun. 2011.